

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para simplificar os trâmites necessários à extinção da personalidade jurídica de sociedades simples, em nome coletivo e limitadas.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 1.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 1.033. ....

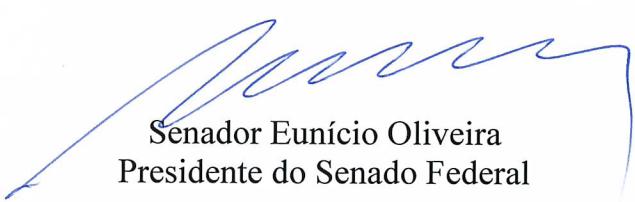
.....  
§ 1º .....

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do **caput** deste artigo, a personalidade jurídica será extinta imediatamente após a comunicação à autoridade competente pelos sócios, desde que sócios representantes de, pelo menos, 2/3 (dois terços) do capital social declarem a inexistência de ativos não partilhados e passivos a liquidar.

§ 3º Caso, a despeito da declaração referida no § 2º deste artigo, existam ativos não partilhados ou passivos a liquidar na data do pedido de dissolução, os sócios da sociedade dissolvida responderão com seu patrimônio pessoal pelas dívidas sociais.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de outubro de 2018.



Senador Eunício Oliveira  
Presidente do Senado Federal